



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO  
APROVADO

Em, 20 Maio 2019  
*Juarez Andrade Moraes*  
Presidente

**LEI Nº 736/2019**  
**De 20 de maio de 2019.**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À CESSÃO, À USO GRATUITO COM ENCARGOS, DE TERRENO E PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE PRÓPRIA DA COOPERATIVA DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE SALGADO – COOPERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO, ESTADO DE SERGIPE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e por outras que regulamentam a matéria, faz saber que o Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO COM ENCARGOS à COOPERATIVA DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE SALGADO – COOPERAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.112.354/0001-87, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de um terreno urbano e edificação referente à área institucional situada na Rua Frei Pascásio, s/n, Bairro Estação, Salgado/SE, com área total de 836,34m<sup>2</sup>, sendo 252,24m<sup>2</sup> de área construída, com as seguintes confrontações: limitando-se ao norte: com a rua Frei Pascásio; ao SUL com o espaço esportivo da Prefeitura Municipal de Salgado (Poeirão), ao LESTE com a Mercearia da rua Antônio Timóteo e ao OESTE com a propriedade do Sr. Antônio Alves Nogueira.

Parágrafo primeiro: A Cooperativa COOPERAÇÃO é regida pelo seu estatuto social, anexo, bem como pela Lei Federal nº 5.764/1971 e a Lei Federal nº 6.981/1982 (Leis do Cooperativismo); pela Lei Federal nº 12.305/2010 e Lei Estadual nº 5.857/2006 (Leis sobre a Polícia Nacional e Federal de Gestão de resíduos Sólidos, respectivamente), e Lei Municipal 715/2017 (Plano Municipal de Saneamento Básico); ou outras leis que venham substituir as vigentes ou regulamentar a matéria.

Parágrafo segundo: A área de ação da cessionária abrangerá o Município de Salgado, Estado de Sergipe, atendendo à finalidade de implementação do programa de coleta e distribuição dos produtos comercializáveis, controle e fiscalização de operações.

Parágrafo terceiro: A Cooperativa COOPERAÇÃO, na qualidade de operadoras do Sistema de Limpeza Urbana do Município, poderá prestar serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, bem como campanhas de educação ambiental, mediante permissão total ou parcial da atividade por intermédio do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO  
CNPJ Nº 13.107.453/0001-63  
AV. JOÃO ALVES FILHO, S/N, CENTRO, SALGADO/SE  
CEP: 49.390-000 TEL/FAX: (79) 3651-1297



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO  
APROVADO

Em, 20 / Maio / 2019

Juarez Andrade Moraes  
Presidente

Poder Executivo Municipal e do Consórcio Público De Resíduos Sólidos e Saneamento Básico Do Sul e Centro Sul Sergipano, a ser regulamentada por meio de Decreto do Poder Executivo.

I. Não serão permitidos outros sistemas de triagem de materiais recicláveis e reaproveitáveis provenientes da coleta de lixo comum, ficando restrita à triagem dos materiais oriundos do Programa de Coleta Seletiva com Inclusão Social e Econômica de Catadores.

II. Não será permitida a incineração de resíduos sólidos urbanos recicláveis e reaproveitáveis para geração de energia, somente os rejeitos hospitalares, desde que regulamentado por lei, com suas Licenças autorizativas por órgãos ambientais legitimados da esfera Federal, Estadual e Municipal.

**Art. 2º.** Fica instituído o dia 24 de abril de cada ano, como o dia Municipal da Coleta Seletiva, podendo o Município de Salgado, em parceria com a Cooperativa e Consórcio Público, empreender medidas visando a educação ambiental junto aos Munícipes do Município de Salgado.

**Art. 3º.** Para efeito desta Lei, reconhece-se que a COOPERAÇÃO é cooperativa autogestionária de catadores de resíduos sólidos recicláveis, formada exclusivamente por pessoas físicas, sendo aqui declarada de utilidade pública, na forma das Leis nº. 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico), no seu artigo 57, podendo o Poder Executivo formalizar a sua contratação para o serviço de coleta seletiva como ocupação principal a prestação de serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização dos materiais coletado, assim credenciado pelo Consórcio Público De Resíduos Sólidos e Saneamento Básico Do Sul e Centro Sul Sergipano.

**Art. 4º.** A área e edificação cedidas serão destinadas à utilização da sede própria da cessionária devendo constar do Termo de Cessão os seguintes encargos e ônus:

I – deverá a cessionária proceder a manutenção, reforma, adequação ou construção de sua sede própria, empreendendo todas as medidas para sua implantação, manutenção, operacionalização e correto funcionamento, devendo utilizar a área para desenvolver medidas com objetivo de implantar e desenvolver programa de Coleta Seletiva no Município de Salgado/SE na forma do seu estatuto social, tendo o prazo de até 01 ano para iniciar suas atividades a partir da assinatura do Termo de Cessão, sob pena de revogação da cessão; salvo prorrogação justificada e acolhida por decreto do chefe do poder executivo;

II – as despesas decorrentes da execução das obras e serviços eventualmente necessários para a manutenção, reforma ou construção da sede de que trata esta Lei, e respectivas adequações para utilização dos equipamentos necessários correrão exclusivamente à conta dos recursos da cessionária, não cabendo à Prefeitura Municipal de Salgado transferir qualquer valor adicional para este fim, salvo se devidamente autorizado em lei;

III – é vedado o desvio de finalidade ou de transferência da área e do prédio, assim como a locação ou sublocação do objeto da cessão, sendo autorizada a integração



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO  
APROVADO

Em, 20 / Maio / 2019

Juarez Andrade Moraes  
Presidente

através de convênios ou contratos da cessionária com outras cooperativas ou consórcios de mesma atividade profissional, desde que para a execução e desenvolvimento do programa de coleta seletiva na área;

IV – caso o imóvel não seja utilizado para o fim estabelecido na presente Lei ou ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nesta lei, a cessão ficará automaticamente revogada;

V – a cessionária deverá buscar autorização dos órgãos oficiais de fiscalização, inclusive licenças ambientais e sanitárias, ou quaisquer outras eventualmente necessárias, para cumprimento do objeto desta cessão, cujas despesas poderão ser arcadas com recursos da cedente, mediante autorização por meio de decreto do Poder Executivo Municipal;

VI – findo o prazo estabelecido no *caput* do art. 1º desta Lei, e não havendo lei autorizativa de eventual prorrogação do prazo de cessão, o terreno retornará ao Município com todas as construções e benfeitorias realizadas pela cessionária, assim como nos casos de revogação a cessão pelas hipóteses estabelecidas nesta lei, salvo se puderem ser retiradas sem danificar o imóvel, não cabendo qualquer indenização;

VII - durante a vigência da cessão, correrão por conta exclusiva da cessionária as despesas decorrentes do consumo, a exemplo de energia elétrica, água, telefone, manutenção e limpeza da área física do bem imóvel e sua edificação, e outras taxas que porventura possam incidir sobre o bem.

Parágrafo único: Fica autorizada a desafetação da destinação original do imóvel urbano, de propriedade do Município de Salgado, que assim se descreve, conforme planta e memorial descritivo anexo.

**Art. 5º.** A presente medida é do interesse público municipal, visto a necessidade de sua utilização como sede da cessionária que utilizará a área e sua edificação para implementar o programa de coleta seletiva no Município de Salgado, medida de grande relevância pública para atendimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**Art. 6º.** Essa cessão é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 uma vez que se destina a conceder o uso de bem imóvel e edificação a entidade sem fins lucrativos de reconhecida utilidade pública, cujos serviços são considerados de interesse público e considerável vantajosidade por já se encontrar atualmente formalizada e com plena capacidade de operação, sendo a única do segmento no Município de Salgado, o que caracteriza a inviabilidade de competição.

Parágrafo primeiro: A Cessão de uso não onerosa se justifica pela peculiaridade na prestação dos serviços oferecidos pela cooperativa, bem como pela necessidade de se destinar área para sede própria e estruturas visando a implementação do programa de coleta seletiva.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO  
APROVADO

Em, 20 / Maio / 2019

Juarez *[Signature]*

Parágrafo segundo: Os serviços desempenhados pela cessionária são reconhecidos como de suma importância para o apoio do Poder Executivo Municipal e do Consórcio Público ao fomento e à organização produtiva dos catadores, de matérias recicláveis, à medida das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento, em conformidade nos requisitos estabelecidos pela legislação vigente e pelo Consórcio Público De Resíduos Sólidos e Saneamento Básico Do Sul E Centro Sul Sergipano, do qual o Município de Salgado faz parte.

**Art. 7º.** A cessão de que trata a presente Lei atende aos requisitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal 4.320/1964, a Lei Federal 10.305/2010, entre outras, e as Leis Municipais que versam sobre a espécie.

**Art. 8º** As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei, exceto aquelas dispostas nesta Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

**Art. 9º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Salgado/SE, 20 de maio de 2019.

*[Signature]*  
**DUÍLIO SIQUEIRA RIBEIRO**  
Prefeito Municipal de Salgado